

CONTRIBUIÇÕES PARA O CONHECIMENTO DE UM PROGRAMA MUNICIPAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS: UMA REFLEXÃO APOIADA NA ANÁLISE DE DOCUMENTOS¹

CONTRIBUTIONS TO THE KNOWLEDGE OF A MUNICIPAL PROGRAM OF TRAINING FOR SCIENCE TEACHERS: A THINKING SUPPORTED BY THE ANALYSIS OF DOCUMENTS

Marsílvio Gonçalves Pereira², Gewerlys Stallony Diego Costa da Rocha³, Alessandro Tomaz Barbosa³, André Ferrer Pinto Martins⁴

² Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação/Departamento de Metodologia da Educação/Programa de Pós-Graduação em Educação/CE/UFRN, e-mail: marsilvioeduc@gmail.com

³ Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Exatas e da Natureza/Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, e-mail: gewerlys@hotmail.com; alesbio18@hotmail.com

⁴ Universidade Federal do Rio Grande do Norte/ Departamento de Práticas Educacionais e Currículo/Centro de Educação/Programa de Pós-Graduação em Educação, e-mail: aferrer34@yahoo.com

Resumo

Este trabalho tem por objetivo caracterizar um programa municipal de formação continuada, desenvolvido pela Secretaria de Educação do município de João Pessoa-PB, bem como analisar a concepção de formação continuada defendida e identificar aspectos que possam representar avanços ou limitações do referido programa, no período de 2006 – 2010. O Programa tem pretensões de trabalhar a formação continuada de profissionais da educação, entre eles os professores de Ciências, de modo a considerar a realidade escolar e as necessidades dos professores, inserindo-os na prática como executores ou cumpridores de deveres de uma proposta que é pensada fora do espaço escolar e das práticas docentes. Deseja a inovação escolar com a implantação de novas propostas curriculares. Com base na pesquisa de literatura e documental realizou-se uma análise de tais características buscando conhecer aspectos dessa política que possam contribuir com a profissionalização docente dos professores de Ciências.

¹ Apoio CNPq

Palavras-chave: Formação continuada, programa municipal, professores de Ciências, análise documental.

Abstract

This work aims to characterize a municipal program of continuing education, developed by the Education Department of João Pessoa city, and to analyze the conception of continuing education defended and to identify aspects that may represent advances or limitations of that program for the period from 2006 to 2010. The program has pretensions to work on continuing training of professionals from the Education field, including Sciences teachers, to consider the reality and needs of school teachers, placing them in practice as executors of duties of a proposal that is thought out of school and teaching practices. It wishes school innovation with the introduction of new curricular proposals. Based on the literature and documentary search, an analysis of such features was performed, getting to know aspects of the policy that could contribute to the professionalization of Science teachers.

Key words: Continuing education, municipal program, Science teachers, documentary analysis.

Introdução

A formação continuada (FC) de professores de um modo geral tem-se constituído nos últimos anos como uma das grandes preocupações da política educativa brasileira. Essa é uma das principais razões que determinou os investimentos feitos pelos governos federal, estadual e municipal com o propósito de contribuir para a melhoria do sistema educativo, através da qualificação e da capacitação dos profissionais da educação das escolas, entre eles os professores de Ciências.

É notório que mesmo havendo tanto investimento em recursos financeiros e em políticas públicas e programas voltados para a formação continuada nas várias instâncias governamentais, os resultados não tem sido animadores. Isto é destacado por autores a exemplo de Villani, Pacca e Freitas (2002; 2009), quando fica evidente de que o Estado preocupado em atender as demandas da sociedade brasileira por um ensino competente da cultura científica e por uma formação inicial e continuada adequadas de seus professores, delega às várias instâncias tais tarefas. Assim, a formação inicial é papel das Universidades e a formação continuada é assumida pelas Secretarias de Educação Estaduais e/ou Municipais com parcerias com as Escolas e as Universidades. Esses autores apontam em suas análises para a existência de um território em conflitos pelo estado de tensão nas relações entre as políticas educacionais do país, as demandas dos diversos segmentos da academia, e o sistema de ensino público que apesar de ter favorecido para a evolução da produção acadêmica e para a definição de projetos curriculares mais fundamentados por parte das Autoridades Institucionais, essas relações não tem levado a uma mudança efetiva na formação de professores de ciências e a produzir um impacto positivo sobre as escolas do Brasil deixando pouco espaço para um aprofundamento efetivo da formação dos professores.

É tido que o elemento mais importante para uma educação de boa qualidade é o professor, pois não existe educação de excelente qualidade sem professor de boa qualidade. Nesse sentido, os programas de formação continuada ou permanente podem contribuir para a formação desse profissional, desde que considerem efetivamente o seu papel crucial e levem em conta as suas necessidades formativas.

Frente ao processo de democratização da educação e do ensino para todos, se faz imprescindível que instituições e sujeitos possam resignificar seus papéis, na perspectiva de planejar e implementar políticas públicas e programas de ações voltadas para uma educação e um ensino de boa qualidade para que os objetivos da escola possam ser de fato efetivados.

Um aspecto levantado é que entre as pesquisas que tratam da formação docente para o ensino de Ciências, grande parte se destina à formação inicial. É pequeno o número de trabalhos que tratam da formação continuada e, neste contexto, ainda são muito menores aqueles que tratam especificamente de políticas e programas governamentais específicos de formação continuada. A abordagem nesse trabalho é realizada na perspectiva de contribuir para uma reflexão sobre a formação continuada centrada nas características de documentos institucionais voltadas para os professores de Ciências das séries finais do ensino fundamental.

Partimos do pensamento de que o conhecimento da realidade de sistemas municipais de educação e de suas ações voltadas para os processos formativos e das condições de trabalho dos professores e de outros profissionais da educação é uma necessidade que se coloca de forma exigente, como subsídio para qualquer investimento qualificado junto a estes sistemas e profissionais.

Esse trabalho se insere numa pesquisa que vem sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da UFRN como parte do trabalho de dissertação do primeiro autor. Também vem sendo caracterizado como um espaço de aprendizagem coletiva, em função de ter proporcionado uma integração entre dois licenciandos do Curso de Ciências Biológicas da UFPB num processo de iniciação à docência e a pesquisa na área de Ensino de Ciências com a pesquisa numa pós-graduação. Portanto, um espaço coletivo de trocas de experiências, de saberes, de angústias, de conhecimentos, mas, sobretudo de aprendizagem e desenvolvimento humano e profissional.

Frente ao exposto, esse trabalho é um recorte dessa experiência e visa caracterizar um programa municipal voltado para a formação continuada de profissionais da educação, onde se insere os professores de Ciências.

De modo a atender o que estabelece a Constituição Federal, e a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação (Lei 10.172 de 2001), a Secretaria de Educação do Município de João Pessoa-PB (SEDEC) vem desenvolvendo, a partir de 2008, um programa de formação continuada de profissionais da educação, no contexto da política municipal de educação, através de publicação de editais licitatórios para a contratação de serviços específicos para ações de formação continuada. Então, a SEDEC, define as diretrizes municipais da organização da educação no sistema municipal e os editais que passam a refletir de algum modo tais diretrizes. Os projetos de formação continuada concorrentes são definidos num plano externo a SEDEC e aos professores de Ciências e são obrigatórios a atender os critérios e requisitos dos editais. De acordo com o projeto aprovado e selecionado a SEDEC contrata os agentes formadores ou formadores de professores para esse fim.

Assim, a pesquisa foi desenvolvida junto a Secretaria de Educação do município de João Pessoa-PB (SEDEC) que vem implementando e avaliando um programa de FC para todos os profissionais que compõem o sistema municipal de ensino: do vigilante ao gestor escolar, focando, principalmente na figura do professor.

Diante das diretrizes municipais de educação e de um programa municipal de formação continuada que passa a refletir a política municipal de educação, o que naturalmente provoca inquietações, este trabalho procura analisar este contexto, mais especificamente o que está relacionado aos professores de Ciências. Tem por objetivo caracterizar esse programa, a concepção de formação continuada defendida e identificar aspectos que possam representar avanços ou limitações do Programa Municipal de Formação Continuada para os professores de Ciências – PMFC – no período de 2006 – 2010.

Fundamentação Teórica

A linha temática formação de professores atualmente tem ocupado destaque no cenário dos debates educacionais no Brasil e no mundo. Sua importância tem sido realçada em todos os eventos da área de ensino das ciências. Entre os aspectos discutidos é consenso o entendimento da formação de professores como um processo permanente, aí residindo à formação continuada, que tem assumido grande importância frente às novas demandas consequentes da sociedade em transformação.

Questões relacionadas ao complexo universo de qualificação docente, nos diferentes campos de atuação, e as competências que devem compor o perfil dos profissionais de ensino têm gerado significativas reflexões acerca dos rumos e das diretrizes educacionais na atualidade. Nessa perspectiva, vale destacar o trabalho de alguns estudiosos, da área de Ensino de Ciências, que tem, nos últimos anos, refletido sobre a importância, a necessidade, os caminhos, os desafios e as perspectivas da formação continuada (MENEZES, 1996; CARVALHO, 2003; MALDANER, 2003; SELLES; FERREIRA, 2003; MARTINS, 2005; BASTOS; NARDI, 2008; SILVA; SOUZA; TEIXEIRA, 2010).

Assim, não é possível pensar a formação do professor independente da profissão docente, afastado da escola, nem a formação continuada independente da formação inicial. A experiência profissional deve ser tomada como uma característica marcante e fundamental, atuando como ponto de partida e de chegada do processo de formação. Por isso mesmo, a profissionalização da docência surge como uma proposta para contribuir para o desenvolvimento didático e pedagógico dos professores, hoje chamados a apresentar solução para os problemas da escola (NUÑEZ; RAMALHO, 2008).

Em uma análise feita por Nascimento (1997, p. 81–82) sobre a problemática da formação em serviço dos professores, relacionam-se algumas das razões consideradas como insuficientes para uma mudança nos professores e nas instituições. As razões apontadas foram as seguintes:

a descontinuidade das ações que têm sido postas em prática; a perspectiva fragmentada entre teoria e prática e entre estas e os sentimentos, os valores, etc.; a atitude normativa e prescritiva em relação aos professores; o custo oneroso dos cursos, seminários, etc.; a realização [de FC] fora do local e do horário de trabalho; a desarticulação com projetos coletivos e/ou institucionais; a concepção de FC como reciclagem e atualização [...] e não como oportunidade de desenvolvimento profissional em suas múltiplas dimensões; a distância entre os que concebem as propostas [de FC] e a prática escolar. Os

professores não são considerados como os sujeitos de sua formação [...]; o clima de confronto entre os sistemas e os professores, dada a negação de salários justos e condições de vida e trabalho satisfatórias; a visão de formação como uma obrigação, dada a sua organização e implementação de forma desarticulada da prática escolar; a desconfiança por parte de autoridades com relação aos conhecimentos produzidos pelos professores.

Estes problemas parecem ter se perpetuado na história da formação continuada de professores no Brasil, pois continuam presentes até hoje.

A professora Marandino (1997, p. 182), analisando a problemática e desafios da formação continuada de professores em ensino de Ciências, apontou

que as maiores dificuldades que o professor encontra estão na transposição dos conteúdos e conceitos científicos para uma linguagem didática que contemple, ao mesmo tempo, as diferentes tendências presentes advindas das pesquisas em ensino de ciências. Esta dificuldade está relacionada com a falta de domínio destes conteúdos e conceitos e com a falta de clareza para seleção destes, a partir de critérios diferentes daqueles que estão comumente presentes nos currículos oficiais.

Alguns autores (CARVALHO, 1991; MEGID NETO; JACOBUCCI; JACOBUCCI, 2007) destacam vários pontos contraproducentes detectados na maioria dos programas de formação continuada propostos a professores atualmente: o desenvolvimento de atividades pontuais, a obrigatoriedade de participação nas atividades, ignorância dos conhecimentos acumulados pelos professores, a desvinculação com a realidade escolar e a ausência de participação dos professores na elaboração das propostas, são alguns deles.

De acordo com Megid Neto, Jacobucci e Jacobucci (2007), a formação continuada em si é uma proposta que tem sido recomendada pelos pesquisadores em educação, onde se tem privilegiado na atualidade, os processos de formação em serviço. Porém apresentam vários problemas de qualidade presentes nesse tipo de formação: “a questão central não é a validade da formação continuada, e sim a maneira pela qual vem sendo oferecida aos professores” (MEGID NETO; JACOBUCCI; JACOBUCCI, 2007, p. 74). Reconhecem limitações no “oferecimento de propostas inadequadas, que pouco contribuem para o processo formativo do professor ou que até mesmo acabam por desestimular a atividade docente” (MEGID NETO; JACOBUCCI; JACOBUCCI, 2007, p. 74).

Estes pesquisadores criticam programas de formação restritos a blocos homogêneos circunscritos a um único modelo de formação continuada sem proposições mais ampliadas de ações diversificadas e alternativas. E consideram como um desafio adicional a ser vencido por programas de formação continuada o fato de “investigar o que os professores desejam e como eles buscam e entendem a formação continuada, a partir da vivência na profissão” (MEGID NETO; JACOBUCCI; JACOBUCCI, 2007, p. 74).

Procedimentos metodológicos

Nesse trabalho de pesquisa utilizou-se a pesquisa documental. A intenção com a pesquisa documental é tentar responder algumas questões de nossa pesquisa, quais sejam: Quais as principais características do programa municipal de formação continuada (PMFC) de professores de Ciências da Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa (SEDEC)? Qual a concepção de formação continuada assumida pelo PMFC e presente em documentos municipais?

A análise de documentos é reconhecida como uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos (LÜDKE; ANDRÉ, 2003). Para Mazzotti e Gewandszajder (1999) “considera-se como documento qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação.” Estes incluem desde leis, revistas, cartas, relatório, arquivos, etc.

Segundo Richardson (1999, p. 230) a análise documental “consiste em uma série de operações que visam estudar e analisar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem ser relacionadas.”

Numa primeira etapa ou etapa da pré-análise, ou ainda fase de organização dos documentos (BARDIN, 2008), o objetivo era encontrar as fontes e nelas, os documentos, num verdadeiro processo de garimpagem entre gabinetes e setores da SEDEC, do Centro de Capacitação de Professores (CECAPRO) e da UFPB. Como bem define Pimentel (2001, p.180), “se as categorias de análise dependem dos documentos, eles precisam ser encontrados, extraídos das prateleiras, receberem um tratamento que, orientado pelo problema proposto pela pesquisa, estabeleça a montagem das peças, como num quebra-cabeça”.

Como fontes de informação e de repositório documental, tivemos alguns setores da SEDEC (setor de licitação, divisão de gestão curricular – DGC), CECAPRO-BEIRA RIO, CECAPRO - ANEXO EPITÁCIO PESSOA, Formadores de Professores da UFPB, Técnicos e Assessores Pedagógicos da SEDEC e CECAPRO.

Segundo Lüdke e Andre (2003) a escolha dos documentos não é aleatório. Há geralmente alguns propósitos, ideias ou hipóteses guiando a sua seleção.

Para a seleção dos documentos obedeceu-se a alguns critérios, tais como: Estivessem relacionados com a categoria formação continuada de professores; que tratassem de aspectos legais e institucionais do programa municipal de formação continuada de professores; que apresentassem propostas de FC para os professores de CN; e que apresentassem resultados advindos das ações de FC com os professores de CN. Os documentos foram catalogados e organizados para se proceder a coleta dos dados.

Essa pesquisa recorreu aos seguintes documentos relacionados com o Programa Municipal de Formação Continuada de Professores de Ciências da SEDEC: diretrizes municipais que faz referência a Formação Continuada de Professores da Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa-PB (SEDEC), Editais, projetos e relatórios. Esses documentos ainda não haviam recebido nenhuma análise, denominados de fontes primárias. Essas fontes são dados originais, que sofreram um tratamento analítico. A análise de documentos propõe-se a produzir conhecimentos e criar formas de compreender os fenômenos analisados.

O conjunto de documentos aqui considerados ou o *corpus* da pesquisa, além de livros e artigos advindos especificamente da pesquisa de literatura, foi composto por:

- a. Diretrizes da SEDEC – DGC – conjunto de orientações para o sistema municipal de educação – versão 2006, 2009 e 2010;
- b. Editais de licitação - Sistema de Registro de Preços para contratação de instituição para execução da Formação Continuada dos trabalhadores da educação da Rede Municipal de Ensino – versão 2008, 2009 e 2010;
- c. Projetos de Formação Continuada – propostas apresentadas a SEDEC para a FC de professores de CN que venceram o processo licitatório através de Editais públicos – versão 2008 e 2009;
- d. Relatórios de Ações desenvolvidas na FC de professores de CN – descrições de ações e resultados do processo de FC de professores de CN – versão 2008 e 2009.

Para a definição desse *Corpus* da pesquisa foi levado em consideração alguns critérios ou regras de escolhas e seleção definidos por Bardin (2008), como: exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência.

Os documentos considerados para efeito de análise foram classificados de acordo com Lüdke e André (2003) como:

Documentos Oficiais – as diretrizes e os editais.

Documentos Técnicos – os projetos de formação continuada e os relatórios resultantes do desenvolvimento dos projetos.

Com os documentos reunidos foi realizada uma leitura flutuante para termos uma ideia panorâmica sobre aspectos dos documentos relacionados com a FC de professores de Ciências. Foi criada então, uma ficha de leitura e análise de documentos. Pela diversidade da natureza dos documentos analisados as unidades analíticas foram caracterizadas de modo a contemplar esse caráter. De acordo com Bardin (2008), esta etapa é importante porque através dela que conhecemos o texto deixando-se invadir por impressões e orientações.

Neste artigo estamos considerando apenas as análises realizadas sobre as diretrizes da SEDEC para a educação municipal e os editais acima citados.

Resultados e discussão

Caracterização do Programa Municipal de Formação Continuada (PMFC) de Professores de Ciências da Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa – PB (SEDEC)

Caracterizar o PMFC da SEDEC foi tarefa bastante difícil em função das dificuldades encontradas para a localização de repositórios de documentos e dos próprios documentos. Percebe-se inclusive a ausência de uma prática de registros e de documentação para constituir um acervo da história e da memória de atividades que estejam relacionadas com a política municipal de FC de professores do sistema municipal de ensino.

Para efeito de definição de atributos e adjetivos (categorias) que caracterizem tal PMFC, voltado para as especificidades da FC de professores de Ciências, tomamos como ponto de partida as Diretrizes para a Educação Municipal da Divisão de Gestão Curricular (DGC) da SEDEC para os anos letivos de 2006, 2009 e 2010. Constatamos que tais diretrizes vinham sendo estampadas na agenda da educação até 2009, uma produção e organização da SEDEC distribuída entre os profissionais da educação da

SEDEC. A partir de 2010, este documento vem sendo editado a parte e distribuído em toda a rede de ensino. Estas diretrizes foram denominadas de Diretrizes Educacionais - Organização do ano letivo de 2009 e Diretrizes 2010. Analisando a estrutura desses documentos percebemos um item que trata especificamente do “Processo de Formação Continuada” que é objeto de nossa análise.

No ano de 2006, o documento era designado de “Diretrizes para organização das unidades de ensino da rede municipal – ano letivo de 2006”. O item XI faz referência a Formação Continuada. É um item escasso de informações, tratando apenas de aspectos técnicos, como por exemplo: considera que a FC será adequada aos diferentes níveis de ensino e séries. Nesse período, o dia da terça-feira foi definido como dia dedicado a FC dos professores de Ciências. E ainda passa a definir que os encontros de formação serão realizados no CECAPRO e nas unidades de ensino (escolas), conforme calendário divulgado semestralmente pela SEDEC. E faz uma chamada aos diretores de escolas para que encaminhem à SEDEC/DGC frequência específica do professorado quando as atividades de FC acontecerem nas escolas em até cinco dias após a realização das atividades.

Através de informação pessoal de uma das técnicas da DGC, ficou constatado que no período de 2005 a 2007, a formação continuada dos professores da rede municipal, entre eles os de Ciências, acontecia ao longo do ano letivo conforme programação da DGC/SEDEC e as atividades eram desenvolvidas por ministrantes que eram convidados pessoalmente. Geralmente esses ministrantes eram professores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e de outras instituições de ensino superior. A partir do ano de 2007, houve uma mudança na condução desse processo de formação continuada, ou seja, a SEDEC começou a publicar editais licitatórios de chamada pública para contratação de serviços especializados para o trabalho de FC dos profissionais de educação da rede municipal de ensino. O primeiro edital foi lançado em novembro de 2007 para seleção de projetos de atividades de FC para o ano letivo – 2008.

No preâmbulo do documento do ano de 2009, vamos perceber que a SEDEC, ao ratificar a sua política educacional, deixa impresso que defende “uma educação que possibilite aos alunos, crianças, jovens e adultos, o conhecimento enquanto ato político-pedagógico que favoreça o aprender e o pensar, o aprender a fazer, o aprender a viver e o aprender a ser”. Faz referência aos pilares da educação para o século XXI divulgados no Relatório Delors da UNESCO (DELORS, 1999), sem declarar o significado disso para o processo educacional, tampouco para a formação continuada de professores.

No item que trata especificamente do Processo de Formação Continuada (PFC), neste documento de 2009, vamos perceber, logo no início, um destaque para a importância da FC para a melhoria da qualidade do ensino. Alegando a FC possibilidades de proporcionar ao profissional “maior poder de gerenciar o seu trabalho pedagógico”. Está constante no documento que “a questão da competência docente é abordada como mediação importante no processo de ensino e de aprendizagem, evidenciando o descompasso entre a formação do profissional e as exigências do mundo moderno”. E explicita que a política municipal de formação do educador é “traduzida em programas e ações diversificados, que devem atender os anseios dos educadores escolares”, destacando aí que a formação leva em consideração as necessidades de formação dos professores.

Este documento fazendo referência a Perrenoud (2000) apresenta ainda os aspectos profissionais que são enfatizados na política municipal de formação, que são: “a profissão, a avaliação e as competências inerentes ao educador”, que são destacados

pelo autor acima citado. Estes aspectos mais gerais são ampliados para outros mais específicos, que aparecem com tópicos relacionados a uma projeção de ações, tais como:

- a) Organizar situações de aprendizagem:
 - Trabalhando a partir de representações dos alunos;
 - Trabalhando a partir dos erros e obstáculos, a aprendizagem;
 - Construindo e planejando dispositivos e sequências didáticas.
- b) Gerir a progressão das aprendizagens:
 - Observando e avaliando os alunos em situações de aprendizagem, segundo uma abordagem formativa.
- c) Gerir a heterogeneidade dentro de uma classe:
 - Trabalhando com alunos com dificuldades de aprendizagem.
- d) Prevenir a violência na escola e no seu entorno:
 - Lutando contra os preconceitos e as discriminações sexuais, étnicas e sociais;
 - Desenvolvendo o sentido de responsabilidade, a solidariedade e o sentimento de justiça;
 - Gerindo sua própria formação contínua”.

A FC é concebida como

“processo coletivo de apropriação de conhecimentos científicos, tecnológicos e didáticos que elege, como ponto de partida e referência, o espaço da escola, provocando a troca de experiências numa perspectiva interdisciplinar, confronto de saberes, construção de novos conhecimentos, produção de novos procedimentos didático-pedagógicos, redimensionamento e enriquecimento do currículo, planejamento e avaliação processual”.

O processo de formação continuada está organizado por segmentos: Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II (onde vamos localizar a formação continuada dos professores de Ciências), Educação de Jovens e Adultos, Especialistas e Gestores e demais integrantes da comunidade escolar.

Este documento ainda configura os locais, período, dias e horários da FC. E elege um leque de locais de realização dos encontros de FC, o CECAPRO, os Pólos [uma divisão administrativa da SEDEC, onde distribui as Unidades de Ensino ou escolas – a SEDEC consta com nove pólos mais os Centros de Referência de Educação Infantil (CREI’S)], as unidades de ensino ou escolas ou ainda outros espaços julgados necessários. O período de realização das atividades também é definido: no ano de 2009, no período de dois meses (abril a maio), no primeiro semestre do ano e no segundo semestre no período de quatro meses (agosto a novembro).

A carga horária foi definida por segmento. Para a FC dos professores de Ciências ficou determinada uma carga horária de 80 (oitenta) horas, distribuídas nos turnos da manhã e da tarde, tendo o dia da terça-feira designado para acontecer às ações de FC. Para a noite neste mesmo dia, ficou designado as atividades de FC para os professores de Ciências da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O documento chama ainda a atenção para as ações de formação e a metodologia que devem privilegiar o exercício do diálogo, da criatividade, do trabalho colaborativo, da gestão democrática, da autonomia, da avaliação e da troca de experiência.

No documento do ano 2010, o item que trata do processo de FC, aparece mais resumido e passa a tratar esse processo da seguinte maneira:

A formação continuada promovida e organizada pela Secretaria Municipal de Educação, em consonância com os educadores, tem como objetivo

“uma formação para atender as exigências do cotidiano do exercício profissional, possibilitando-lhes momentos de reflexão, discussão, ampliação de conhecimento, integração entre os profissionais e socialização de práticas pedagógicas”.

E propõe como ações, ao longo da formação, *cursos e oficinas pedagógicas* (grifo nosso), que enfoquem:

- Organização do espaço e brincadeiras na Educação Infantil;
- Educação ambiental, como tema transversal;
- Educação patrimonial, como tema transversal;
- Aprendizagem da leitura e da escrita, na perspectiva de letramento;
- A práxis na educação na perspectiva inclusiva;
- Novas metodologias;
- Novos meios no campo da arte;
- Novas práticas pedagógicas
- Formação do educador;
- Processo de alfabetização e de letramento na educação de jovens e adultos, entre outros.
- História e herança cultural dos povos indígenas e africanos;
- Educação para o trânsito.

Na definição do local para a realização dos encontros de FC observa-se que houve uma restrição para o Centro de Capacitação de Professores (CECAPRO). No entanto, admite a possibilidade do uso de outros espaços, quando julgados necessário.

Apresenta uma chamada específica de FC, sob a orientação da Diretoria de Tecnologia da Informação e comunicação – DTIC, que segue uma proposta pedagógica do Programa Nacional de Tecnologia Educacional – PROINFO, tendo como “suporte a realidade das escolas, o compromisso com os alunos e um eixo comum: a transversalidade enquanto processo dialógico e interdisciplinar”.

A formação continuada envolverá os educadores – docentes, especialistas e gestores - e deve ser concedida como um processo coletivo de apropriação de conhecimento científicos, tecnológico e didático, com uma carga horária de 40 horas.

Para os professores de Ciências, a formação continuada está inserida no segmento ensino fundamental II, que teve uma redução na carga horária de oitenta horas no ano anterior para sessenta horas em 2010. Essa carga horária foi assim distribuída:

dois encontros mensais de quatro horas, perfazendo oito horas, durante o período de quatro meses, totalizando trinta duas horas; mais vinte e oito horas de planejamento de atividades didáticas.

Um aspecto que chama a atenção é a complementação de vinte horas de atividades sob a responsabilidade do próprio educador em frequência a cursos, seminários, colóquios e outras atividades pedagógicas. E no final do ano, o educador deve apresentar o comprovante dos cursos junto à Comissão de Formação Continuada, para consolidação das informações. Esta definição coloca a responsabilidade da FC em parte a cada um dos professores num processo designado de autoformação. O que resta saber é se isso vem funcionando e como está acontecendo entre os professores de Ciências.

No ano de 2010, o dia da FC para os professores de Ciências continuou o mesmo, ou seja, a terça-feira. E o documento adverte, “por hipótese alguma os professores deverão ter aulas nestes dias”. Como isso tem funcionado para aqueles professores que não trabalham com exclusividade para o sistema municipal de ensino? É uma questão que precisa ser considerada. Como é sabido na literatura (MARTINS, 2005), os professores para garantir uma renda razoável necessita realizar uma verdadeira peregrinação trabalhando em várias escolas, em vários turnos e em vários sistemas (público e privado). Outro aspecto a ser observado, é que muitas vezes alguns gestores não têm levado em consideração os dias definidos para a FC de seus professores, colocando aulas nesses dias e horários.

É importante perceber que apesar do PMFC colocar a escola como instância de referência na FC bem como as necessidades do professor, os projetos que passam a concorrer nos processos licitatórios são planejados por sujeitos externos a realidade dos professores e das escolas, ou seja, os professores não têm participação na organização das ações de formação continuada. O que é rebatido hoje em dia por diversos estudiosos.

[...] É importante buscar a superação da formação continuada com base em cursos rápidos e sem conexão com o projeto político-pedagógico da escola, para promover a reflexão permanente do professor. Nesse sentido, a escola e seu cotidiano constituem-se, ao lado das instituições formadoras de professores, em ambiente formativo que necessita de ações e programas sistematizados em períodos específicos e com clara articulação à carreira docente (SCHEIBE, 2010, p. 991).

Selles (2000, p.10), em seu artigo “Formação continuada e desenvolvimento profissional de professores de Ciências: anotações de um projeto” chama a atenção para uma característica essencial em qualquer programa de formação continuada, a de considerar as demandas docentes, porque qualquer ação dessa natureza “que menospreze as demandas docentes [...], está condenado a ser mero elemento decorativo, assentado nas estantes dos inúmeros insucessos que acumulamos ao longo dos anos”.

Com relação as atividades que poderão ser envolvidas na FC para o ano de 2010, foram definidas: atividades de ensino, planejamento e monitoramento e será embasada na *ação/reflexão/ação* (grifo nosso), tendo como suporte teórico a concepção de que o conhecimento é construído pelo aluno em situações de interação.

Quando as diretrizes tomam como base para as atividades de FC a perspectiva da *ação/reflexão/ação*, também não deixa claro quais os fundamentos teóricos dessa proposta. O esvaziamento do ponto de vista teórico é uma característica presente nesses documentos.

Algumas considerações finais

Com base nos resultados apresentados pode-se constatar que: o programa de formação continuada de professores da SEDEC é uma iniciativa que é pensada e planejada por profissionais da SEDEC, sem a presença dos professores. Seria indispensável à presença dos professores no planejamento das propostas de formação continuada.

Os documentos apresentam uma concepção de formação continuada bastante influenciada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais que tem influenciado o Programa Municipal de Formação Continuada. Tal concepção apresenta referência ao desenvolvimento de competências profissionais e que o trabalho docente seja pautado na *ação-reflexão-ação*. No entanto, os textos não tratam de nenhum suporte teórico. Portanto, nos itens relacionados a FC de professores de Ciências, o PMFC se caracteriza como uma proposta esvaziada do conhecimento científico produzido no contexto atual na área de Ensino de Ciências ou da Didática das Ciências.

Tanto as diretrizes municipais quanto os editais licitatórios se preocupam muito com os aspectos de natureza técnico-instrumental em detrimento dos aspectos teóricos, metodológicos e/ou epistemológicos da formação dos professores de ciências e de outros profissionais da educação.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 19ª Ed. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2008.
- BASTOS, F.; NARDI, R. (Orgs.). **Formação de professores e práticas pedagógicas no ensino de Ciências**. São Paulo, SP: Escrituras Editora, 2008.
- CARVALHO, A. M. P. "Quem sabe faz, quem não sabe ensina": Bacharelado X Licenciatura. In: XIV REUNIÃO ANUAL DA ANPED. São Paulo, 1991.
- CARVALHO, A. M. P. (Org.). **Formação continuada de professores**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2003.
- DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. 2 ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC UNESCO, 1999.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MALDANER, O. A. **A formação inicial e continuada de professores de Química**. 2º Ed. Ijuí, RS: Ed. UNIJUÍ, 2003.

- MARANDINO, M. A formação continuada de professores em ensino de Ciências: problemática, desafios e estratégias. In: CANDAU, V. M. (Org.). **Magistério: construção cotidiana**. Petrópolis-RJ: Vozes, p. 160 – 183, 1997.
- MARTINS, A. F. P. Ensino de ciências: desafios à formação de professores. **Educação em Questão**, v. 23, 9, 53-65, maio/ago. 2005.
- MAZZOTTI, A. J. A.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas Ciências Naturais e sociais: pesquisa qualitativa e quantitativa**. 2ª Ed. São Paulo. Pioneira, 1999.
- MEGID NETO, J.; JACOBUCCI, D. F. C.; JACOBUCCI, G. B. Para onde vão os modelos de formação continuada de professores no campo da educação em ciências? **Horizontes**, v. 25, n. 1, p. 73-85, jan./jun. 2007.
- MENEZES, L. C. (Org.). **Formação continuada de professores de Ciências no contexto ibero-americano**. Campinas, SP: Autores associados; São Paulo, SP: NUPES, 1996.
- NASCIMENTO, M. G. A formação continuada dos professores: modelos, dimensões e problemática. In: CANDAU, V. M. (Org.). **Magistério: construção cotidiana**. Petrópolis-RJ: Vozes, p. 69 – 90, 1997.
- NUÑEZ, I. B.; RAMALHO, B. L. A profissionalização da docência: um olhar a partir da representação de professoras do ensino fundamental. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 46/9, p. 1 – 13, 2008.
- PERRENOUD, P. **A Prática Reflexiva no Ofício de Professor: profissionalização e razão pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2002. Reimpressão 2008.
- PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Caderno de Pesquisa**, n.114, p. 179-195, nov. 2001.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.
- SCHEIBE, L. A Valorização e formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo plano nacional de educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 981-1000, jul.-set. 2010.
- SELLES, S. E. Formação continuada e desenvolvimento profissional de professores de Ciências: anotações de um projeto. **Revista Ensaio**, v. 2, n. 2, 209-229, 2000.
- SELLES, S. E.; FERREIRA, M. S. (Orgs.). **Formação docente em Ciências: memórias e práticas**. Niterói, RJ: Eduff, 2003.
- SILVA, V. A.; SOUZA, D. N.; TEIXEIRA, A. M. F. (Orgs.). **A formação dos docentes pela pesquisa: Professores de São Cristóvão fazem pesquisas educacionais acerca da Ciência e da Matemática**. São Cristóvão, Aracajú, SE: Editora UFS, 2010.
- VILLANI, A.; PACCA, J. L. A.; FREITAS, D. Formação do professor de Ciências no Brasil: tarefa impossível? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ENSINO DE FÍSICA – EPEF. Águas de Lindóia, Sociedade Brasileira de Ensino de Física. Águas de Lindóia: SBEF, 2002.
- VILLANI, A.; PACCA, J. L. A.; FREITAS, D. Science Teacher Education in Brazil: 1950 – 2000. **Sci & Educ**. p. 125-148, 2009.